

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.947 - MG (2019/0075965-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CARANGOLA
ADVOGADO : AUGUSTO MÁRIO MENEZES PAULINO E OUTRO(S) - MG083263
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OMISSÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS IDOSOS. IMPOSIÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PÚBLICO. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE ESTUDOS RAZOÁVEIS A ORIENTAR A POLÍTICA PÚBLICA. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 11 E 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO CONTÊM CONTEÚDO NORMATIVO CAPAZ DE INFIRMAR A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública em face do Município de Carangola, sob a alegação de que o requerido não possuía políticas públicas direcionadas aos idosos, especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de idosos em situação de risco e abandono. O acórdão recorrido reformou a sentença, que julgara parcialmente procedente a ação, para julgar improcedentes os pedidos iniciais. No Recurso Especial o Município réu sustenta violação aos arts. 11 e 489 do CPC/2015, bem como ser indevida a multa imposta, com fundamento no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o enfrentamento dos argumentos capazes de infirmar o julgado, mas de uma forma contrária ao buscado pela parte, não caracteriza o defeito previsto no art. 489, § 1.º, inciso IV, do CPC/2015" (STJ, AREsp 1.229.162/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.683.366/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/04/2018.

IV. Os arts. 11 e 489 do CPC/2015 não contêm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, relacionados ao argumento de descabimento da multa, imposta nos Embargos Declaratórios, uma vez que tratam da fundamentação que deve existir nos julgamentos proferidos pelo Poder Judiciário. Desse modo, aplica-se a Súmula 284 do

Superior Tribunal de Justiça

STF, por deficiência na fundamentação do Recurso Especial. Precedentes do STJ (AgInt no REsp 1.672.648/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/12/2017).

V. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora